

Academia de luto

O suicídio do reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, professor Luiz Carlos Cancellier, no dia 2, reacendeu o debate sobre a atuação da Justiça e da Polícia Federal. Ele se jogou do quinto andar de um shopping em Florianópolis, 18 dias depois de ter sido preso, acusado de obstrução à Justiça. A “humilhação e o vexame” foram pesados demais, disse o reitor em artigo publicado no Globo cinco dias antes da tragédia. No bolso da calça que vestia quando seu corpo foi encontrado, havia um bilhete: “A minha morte foi decretada quando fui banido da universidade”. O inquérito investiga suposto desvio de recursos



Henrique Almeida/UFSC

Luiz Carlos Cancellier

do ensino à distância da instituição.

A UFRJ foi alvo de investigação semelhante em 2012, quando os ex-reitores Aloisio Teixeira e Carlos Levi foram acusados, com outros servidores, de irregularidades. Um desses docentes era Geraldo Nunes, demitido sumariamente pela CGU em 23 de dezembro de 2012. “Eu fiquei muito abalado com a notícia do colega da UFSC. Poderia ter sido comigo. Eu cheguei a pensar em dar cabo da minha própria vida muitas vezes”, revelou o docente.

Todos os investigados da UFRJ foram inocentados ao fim do processo. Nunes conseguiu ser reintegrado à universidade em setembro do ano passado.

ARTIGO

A tragédia de uma farsa repetida

Não pude deixar de pensar na morte do Aloisio ao tomar conhecimento, no dia 2 de outubro – por coincidência o seguinte ao do aniversário dele – de dois acontecimentos tristes relacionados com reitores de universidades federais: o trágico falecimento do reitor da UFSC, Luiz Cancellier, e a decisão tomada pelo professor Naomar Almeida de afastar-se da reitoria da UFSC.

Duas situações muito diferentes (e diferentemente danosas), mas, nem por isso, destituídas de pontos em comum. Duas ocorrências diversas e distantes daquela que, em grande medida, levou Aloisio a sair de cena, mas, nem por isso, alheias ao que com ele sucedeu.

O professor Cancellier sucumbiu ao peso letal da humilhação pública provocada pela prisão, arbitrária e espetacular, que deu sequência a uma condenação sem julgamento visando enlamear sua

dignidade pessoal e profissional. Naomar, ex-reitor da UFBA e há quatro anos à frente de um projeto universitário extremamente inovador – a meu ver, uma tentativa séria de compatibilizar inclusão social e excelência acadêmica – sucumbiu à força das tradições de particularismo e aversão à diversidade que continuam a atuar na universidade brasileira.

Situações muito diferentes, é óbvio. Afetadas ambas, contudo, pelas marcas da intolerância e da dificuldade que instituições e pessoas têm, ainda hoje no Brasil, de agir sob regras democráticas. Marcas de um conservadorismo que, reanimado pela crise vigente (econômica, política, institucional, ética, etc) vem, mais uma vez, proclamar como salvação a substituição da política pelas decisões técnicas (dessa feita, as jurídicas). Propaganda enganosa cujo enredo conhecemos: de toga ou de botas, o autoritarismo se alia rapidamente ao privatismo desen-

freado. Universidades públicas se tornam presas fáceis.

Aloisio não tirou a própria vida nem abdicou da liderança que exercia na UFRJ. Levou-o fulminante parada cardíaca para a qual contribuíram, não tenho dúvidas, as pressões e ameaças advindas de suspeitas infundadas sobre sua integridade. Como contribuiu, de certo, a desidratação das iniciativas que deslançou com vistas ao aprofundamento do caráter público e integrado da universidade e à elevação da qualidade de seu desempenho.

“A história se repete, a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa”. Seguindo Marx, podemos, apesar de tudo, ser otimistas. Vivenciamos, com pesar, a primeira repetição e fomos abatidos. Na próxima, porém, com risos, vamos vaiar o espetáculo.

MARIA LÚCIA WERNECK
Presidente eleita da Adufrj

Investimento privado em pesquisa e desenvolvimento não é a solução

> **A ciência básica é fundamental para o progresso e inovação tecnológica. E ela depende de recursos públicos em todo o mundo**

CARLOS FREDERICO LEÃO ROCHA e TATIANA ROQUE
Diretores da Adufrj

Ganha força o argumento de que o investimento na pesquisa em ciência e tecnologia deveria ser feito por empresas privadas. Professores e cientistas têm mostrado o impacto dos cortes no financiamento público das universidades, das agências de fomento e dos centros de pesquisa no Brasil. Jornalistas, gestores e economistas mais afinados com a defesa do enxugamento da infraestrutura pública respondem que o investimento em ciência e tecnologia deveria ser privado. Para corroborar essa tese, um dos exemplos citados é o de Israel.

Ora, Israel é um país pequeno, em uma conjuntura geopolítica bastante específica e com 50% dos recursos para P&D (pesquisa e desenvolvimento) provenientes do exterior. O país atingiu um patamar de alto nível em tecnologias estimuladas pela indústria de armamentos, como aponta o *Unesco Science Report* de 2015. Contudo, esse mesmo relatório alerta para o fato de que o declínio nos investimentos em ciência básica em Israel, feita sobretudo nas universi-

dades, pode ter consequências negativas para o país já que “as próximas ondas de altas tecnologias devem emanar de disciplinas que incluem biologia molecular, biotecnologia e farmacêuticos, nanotecnologia, ciências dos materiais e química, em íntima sinergia com tecnologias da informação e da comunicação.” Tais disciplinas são realizadas em laboratórios de pesquisa básica de universidades e dependem de políticas nacionais de incentivo, o que a Unesco aponta como sendo um ponto fraco de Israel.

Quando falamos de investimentos em P&D, é necessário separar o P (de pesquisa) do D (de desenvolvimento). Um dos maiores desafios do Brasil é justamente como consolidar o caminho de uma etapa a outra. Os investimentos para pesquisa em ciência básica são feitos com verbas públicas, no mundo todo; há vasta literatura sobre o assunto. Já com relação às pesquisas aplicadas ao desenvolvimento de determinados produtos existe, em geral, complementaridade entre gasto governamental e recursos privados; a proporção de cada um varia de um país a outro.

No caso brasileiro, o governo, em suas diferentes esferas, investia entre 0,6% e 0,7% do PIB (Produto Interno Bruto) em



Elisa Monteiro

pesquisa e desenvolvimento (até 2014). A maior parte desses recursos era para a ciência básica, com forte participação das universidades. Esse percentual é semelhante ao investimento do governo dos EUA e, inclusive, ao de Israel. A diferença é que, no Brasil, o gasto público representava, em 2014, cerca de 50% do investimento total em P&D, ao passo que, nos EUA e em Israel, esse percentual gira em torno de 20%. No entanto, países com níveis de desenvolvimento próximos ao do Brasil mantêm a mesma relação brasileira entre investimento público e privado.

A literatura especializada demonstra também que não existe inovação isolada, mas que bons resultados surgem da interação entre diferentes atores de um sistema. Nas universidades estão os saberes, as habilidades e os recursos humanos para as indústrias do futuro, que serão intensivas em conhecimento científico e tecnológico. A interação entre esse conhecimento e a indústria possibilita a produção de tecnologias de alto nível, que, por sua vez, conduzem à inovação. Isso é o que ocorre em países desenvolvidos, como mostra a experi-

ência do Vale do Silício, nos EUA, tão conclamada pela mídia. É o encontro entre o conhecimento produzido nas universidades e os segmentos privados que abre caminhos para um novo modelo de desenvolvimento. Foi assim com inovações como o *touch screen* na indústria de celulares e é essa a lógica dos grandes projetos *Mission Oriented* nos EUA, que promovem a interação entre o Departamento de Defesa e a Indústria Armamentista, entre o *National Health Service* e a indústria farmacêutica, entre outros exemplos.

O esforço brasileiro em ciência básica já obteve resultados impressionantes. Em vinte anos, multiplicou-se por dez o número de nossas publicações em revistas científicas, tendo mais do que triplicado o impacto científico médio dessas publicações, segundo dados da Academia Brasileira de Ciências. Essa trajetória permitiu ao país alcançar a liderança científica em áreas como doenças tropicais, pouco exploradas por outros países, mas centrais para o bem-estar da população. Esses esforços também levaram ao sucesso na produção de aviões ou na exploração de petróleo, setor em que há forte interação entre laboratórios de pesquisa e

desenvolvimentos privados e públicos.

No estágio atual de nossa área de P&D, pregar o investimento privado é aderir a um discurso mágico e pouco informado, que acredita na geração espontânea de investimentos privados em pesquisa. A experiência internacional contradiz essa tese. Países como Coreia, China e Estados Unidos, entre outros, mostram que o investimento público é condição necessária para o desenvolvimento, inclusive para atrair os investimentos privados. Se o Brasil quiser apostar em um novo modelo de desenvolvimento, mais afinado com as tendências de nosso tempo, não poderá abrir mão de sua estrutura pública de pesquisa.

* Publicado originalmente no Nexo Jornal



Fernando Souza

Tesourômetro no campus da Praia Vermelha

LIVROS GIGANTES CONTRA OS CORTES NAS UNIVERSIDADES

Ogramado em frente ao Congresso Nacional será o palco de uma ação cenográfica em defesa da Ciência e das universidades, na segunda-feira, dia 9. Promovida pela campanha Conhecimento Sem Cortes, a instalação contará com cinco livros gigantes simbolizando diferentes áreas de interesse social. A pro-

posta é derrubar os volumes em “efeito dominó”, ilustrando as consequências devastadoras para a sociedade da retirada de mais de R\$ 12 bilhões destinados ao ensino superior e à pesquisa.

A cifra representa as perdas nos orçamentos de universidades e institutos federais, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pesquisa de Nível Superior

(Capes) e do Ministério da Ciência e Tecnologia, desde 2015. O cálculo, em tempo real, está exposto em três painéis digitais conhecidos como “tesourômetros”: um no campus da Praia Vermelha da UFRJ; outro, na Universidade Federal de Minas Gerais; e outro, na Asa Sul, em Brasília.

A atividade na capital ocorre na véspera de uma audiência pública, na

Câmara dos Deputados. Convocada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, a audiência do dia 10 vai discutir os impactos dos cortes já sentidos por professores e pesquisadores e as perspectivas para o orçamento de 2018, que deve ser votado pelo Congresso ainda em outubro. À tarde, será realizado um

ato público no Salão Nobre da Câmara. Neste momento, serão protocoladas as mais de 82 mil assinaturas coletadas *online* e presencialmente pela campanha Conhecimento sem Cortes.

A iniciativa, da qual a Adufrj é uma das entidades organizadoras, foi lançada em junho e mobilizou estudantes, docentes e cientistas do país inteiro.

Incêndio completa um ano

> **Onze cursos continuam funcionando em salas improvisadas no Fundão**

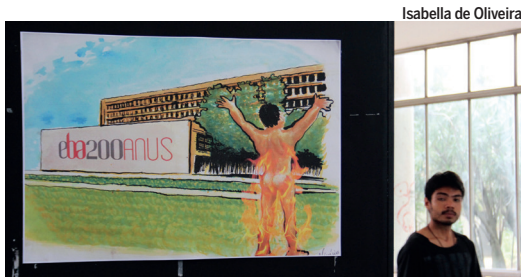
ISABELLA DE OLIVEIRA

Estagiária da Adufrj

Um ano após o incêndio que destruiu parte do oitavo andar do prédio da reitoria, a comunidade acadêmica não vê mudanças significativas no local. Paredes permanecem chamuscadas, andares inteiros continuam interditados, cursos estão sem casa.

Até o fatídico 3 de outubro do incidente, o edifício Jorge Moreira Machado abrigava a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, a Escola de Belas Artes, o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, salas da administração, bibliotecas e o Museu D. João VI. Com o bloqueio dos andares superiores, 11 cursos ainda funcionam em salas improvisadas. A reitoria também se espalhou por outros espaços da universidade.

Com aproximadamente 2,8 mil estudantes, a direção da EBA precisou transferir disciplinas para o Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza, para o Centro de Tecnologia e para a Letras. A vice-diretora Madale-



Isabella de Oliveira



Elisa Monteiro



Isabella de Oliveira

Exposição artística lembrou a tragédia ocorrida há um ano

na Grimaldi explica que o objetivo era manter alguma proximidade entre as turmas. Apesar disso, o segundo semes-

tre de 2016 só acabou no início deste ano. “A EBA ficou muito esfacelada”, lamenta Grimaldi.

A professora aponta as dificuldades de mudança devido às especificidades do curso. Ela cita o laboratório de fotografia, que ficava no sexto andar. “Não é somente realocar para outra sala; ele depende de tanques, bancadas, equipamentos de revelação, etc”, explica.

O Museu D. João VI não foi atingido pelas chamas, mas sofre as consequências da interdição. Localizado no sétimo andar, apresenta cupins e mofo: “Caso houvesse um investimento na parte elétrica, poderíamos reorganizar o museu”, aponta Carlos Terra, diretor da EBA.

Com intervenções emergenciais na parte elétrica, o terceiro e o quarto pavimentos foram reabertos para aulas. Para a reforma, a UFRJ solicitou R\$ 25,5 milhões ao MEC no ano passado. Mas afirma ter recebido apenas R\$ 6,5 milhões. Por isso, “não foi possível iniciar a segunda etapa (da reparação), que inclui projetos e leiautes, reformas interiores e exteriores, e recuperação de casas de máquinas”, disse a reitoria em nota.

Prefeitura cria lei de inovação

> **Secretária Clarissa Garotinho fez o anúncio em debate no Parque Tecnológico**

KELVIN MELO

kelvin@adufRJ.org.br

Secretária de Desenvolvimento, Emprego e Inovação do Rio, Clarissa Garotinho afirmou que está “saído do forno” a Lei municipal de Inovação. O objetivo é divulgar o texto no fim de outubro, durante a Semana Nacional de Ciência

e Tecnologia. O anúncio foi feito em debate realizado no Parque Tecnológico da UFRJ, no dia 4.

A secretária contou que a legislação conta com mais de 50 artigos. O documento ainda vai passar pela Procuradoria do município e pela aprovação do prefeito Marcelo Crivella. “A lei é mais um passo para ajudar nossa cidade a empreender, a caminhar rumo à ino-

vação”, disse. Clarissa acrescentou que o Rio possui todas as condições para avançar, “mas falta organizar nosso ambiente regulatório”.

No mesmo debate, o subsecretário estadual de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Social, Augusto Raupp, assumiu compromisso público para ativar o conselho estadual de Ciência e Tecnologia até o fim do ano.